

A ditadura reencontrada

Claudius Cecon

**Dados como perdidos por décadas,
desenhos de uma passagem pela
prisão evocam a truculência que ainda
assombra o Brasil**

No final de uma tarde de domingo, em maio de 1964, quando cheguei em casa depois de uma reunião com Millôr Fernandes e a patota de humoristas que preparava o próximo número do *Pif-Paf*, encontrei à minha espera o agente Sérgio, do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o serviço secreto da Marinha, que me convidou a prestar esclarecimentos no DOPS, o temido Departamento de Ordem Política e Social. “Nada de mais, é uma coisa rápida”, disse. Perguntei por quê, mas ele respondeu que não sabia, estava apenas cumprindo ordens. Despedi-me de minha mulher e de minha mãe com um “até já”. Entramos num fusquinha azul, dirigido hesitadamente do Flamengo, onde eu morava, em direção ao centro do Rio. Estava abafado. Quis abrir o vidro, mas faltava a manivela e a maçaneta da porta. “Ah, é mesmo, isso quebrou, preciso consertar”, disse ele. Quando chegamos ao DOPS, Sérgio me liberou, abrindo a porta pelo lado de fora. Entramos no velho edifício, subimos até o segundo andar. Com afetada gentileza, indicou um sofá revestido com o que restava do couro original, único móvel na sala imensa. Disse que voltaria em alguns instantes.



LAMARUS
DOPS 3/6/64



Eu fiquei ali, impaciente e um tanto inquieto com a demora. Esperava que me fizessem uma pergunta específica, que eu logo responderia e imediatamente seria dispensado para voltar para casa. O tempo foi passando, a noite caiu, apenas uma réstia de luz vinda de outra sala impedia a escuridão total.

Quando o agente voltou, já não era a mesma pessoa: “Agora o papo mudou, já descobrimos quem você é! Você é um agente de Fidel Castro!” O tom ríspido era uma sentença definitiva. Antes que eu pudesse protestar, fui levado por corredores escuros até chegar a uma porta de ferro, com uma pequena via gradeada no alto. Precariamente colado na porta com fita adesiva havia um papel, escrito à mão: “Prisão Especial”. Depois de aberta pelo carcereiro, com o ruído característico do molho de chaves, fui empurrado para seu interior.

Lembro do meu medo. Medo sem nome, medo do desconhecido, medo do que minha imaginação projetava. Depois que a porta foi fechada, com o mesmo ruído de chaves, a luz mortiça revelou vultos aglomerados no corredor. Da penumbra saiu alguém que me abraçou. Era Dilson Aragão, que eu conhecia de encontros sociais entre jovens das igrejas metodistas de Vila Isabel e do Catete, que eu frequentava desde a adolescência. Dois mundos inteiramente separados se encontraram naquele abraço. Eu nunca havia feito a ligação, mas aquele rapaz alegre, simpático e meio inconsequente era filho do almirante Aragão, ex-comandante dos Fuzileiros Navais que se opusera ao golpe. Dilson foi preso por participar de uma manifestação de portuários. O seu abraço era um salvo-conduto, me sagrava como companheiro para os demais presos.

Encontrar uma pessoa conhecida me acalmou um pouco, mas não diminuiu a angústia que já sentia: o que estaria acontecendo na minha casa? O que minha mulher teria vivido durante as horas que foram passando sem que eu desse sinal de vida?¹ Será que os agentes do Cenimar voltaram à minha casa, em busca de outras evidências? Quem sabe algo sem qualquer importância para mim, mas que, para eles, seria mais uma prova de minha culpa? Confiscariam minha agenda?

Eu não contava com essa ficha no Dops. Sim, no ano anterior eu havia visitado Cuba, como jornalista. Ao voltar, fiz uma palestra no Instituto Cultural Brasil-Cuba sobre o que vi durante as duas semanas que passei na ilha. Falei sobre a arquitetura popular que o presidente do Instituto de Arquitetos me mostrou, falei sobre os filmes do novo cinema cubano a que eu e Geraldo

1. Soube depois que Jó, grávida de nossa filha e carregando nosso filho de um ano, saiu correndo até a casa dos pais, no morro da Viúva, a quase um quilômetro de distância, em busca de auxílio. Meu sogro, advogado, imediatamente entrou em ação, conseguindo descobrir onde eu estava.



Sarno assistimos na sessão especialmente preparada por Alfredo Guevara, diretor do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), e falei do que estava acontecendo com as crianças e os jovens nas escolas, que agora estavam abertas a todos, e não apenas à elite. Falei de um cotidiano extremamente difícil, de enorme escassez, mas que era vivido com a esperança do novo futuro que, naquele momento, estava sendo construído. Isso foi parar numa ficha do Dops? Realmente, ser chamado de agente de Fidel Castro era risível, ridículo.

Afinal, desde o início dos anos 1960, discutia-se no Brasil, aberta e apaixonadamente, o processo revolucionário de mudanças estruturais que, acreditávamos, viria pelo voto democrático. A sociedade despertava de sua letargia, havia as Ligas Camponesas de Francisco Julião, o método Paulo Freire, os Grupos dos 11 de Brizola, os Centros Populares de Cultura, o Cinema Novo, o Teatro de Arena, a Bossa Nova. Brasília mostrava a utopia realizada de um Brasil que poderia vencer o atraso histórico. Os manifestos pelas reformas de base que assinei, as charges que publiquei revelavam abertamente minha posição em favor da democracia. Tudo muito transparente, pois não? Mas a situação mudou com o golpe de 1964. Para os golpistas, eu era simplesmente um subversivo. Um inimigo. Porque o golpe havia sido gestado por alguns anos, por uma eficiente mistura de medos, ações às quais não demos a devida importância. Eram organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a Tradição, Família e Propriedade (TFP); a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e as associações de empresários conservadores – todos apoiados por grande parte da imprensa. Depois do Comício da Central, a revolta dos marinheiros foi a gota d'água.

A porta de entrada da cadeia dava para um longo corredor, ladeado por celas individuais, umas em face das outras. Não lembro mais quantas eram, talvez uma dezena, talvez mais. Fiquei na primeira, onde já havia dez pessoas, entulhadas num espaço de 1,80 metro de largura por talvez 2 metros e pouco de comprimento. As outras celas estavam tão cheias quanto a minha, o que significa que éramos provavelmente mais de 100 pessoas confinadas em um espaço previsto para, no máximo, dez. No fundo do corredor, virando à direita, havia o chuveiro e a privada. Como as celas não tinham portas, podíamos circular durante o dia, mas à noite era preciso encontrar um lugar para dormir, negociando cada milímetro de espaço. Creio que só havia uma refeição por dia, o almoço, com uma comida difícil de descrever. Na época eu era muito magro. Quando saí havia perdido impossíveis oito quilos.

Não lembro como foram os dias durante aquele período, o que fazia, como as horas passavam. Lembro apenas da permanente sensação de insegurança e tensão diante da possibilidade de ser chamado a qualquer hora para interrogatórios. Alguns dos que eram levados para interrogatórios não voltavam. A certa altura, Dilson veio me dizer, espantado, que soube que alguns dirigentes do sindicato dos estivadores haviam sido torturados.



WALTERS
DRAFTS 4/6/64

Um dos meus companheiros de cela era um ex-pracinha, estivador, com uma história de vida extraordinária. Logo na manhã do primeiro dia, me chamou num canto: “Você vai ser chamado daqui a pouco para um interrogatório. Não quero saber o que você fez. Você tem uma história que vai contar para eles? Não quero saber se é verdadeira ou não. Vamos ensaiar: você conta pra mim e eu vou ser o policial que vai te interrogar.”

Sim, eu tinha uma história. Era explicar como chegara às mãos do cabo Anselmo, líder da Revolta dos Marinheiros que muito mais tarde se revelaria agente infiltrado da repressão, a chave do apartamento onde ele fora preso. Na manhã do domingo em que fui preso, Cosme Alves Netto, diretor da Cinemateca do MAM, meu amigo e vizinho, me telefonou, pedindo que fosse vê-lo. Quando cheguei, havia umas quatro ou cinco pessoas com ele. O problema era inventar uma história para inocentar a proprietária do apartamento onde o cabo Anselmo havia sido preso. “Será que você poderia dizer que pediu a chave do apartamento da Nely para abrigar seu amigo Paulo Wright? E que ele, sem te consultar, entregou a chave ao cabo Anselmo? Assim, Nely não pode ser responsabilizada por algo feito sem o seu conhecimento.”

Meu amigo Paulo Wright, militante da Ação Popular (AP), ficou alguns dias em minha casa antes de se asilar na embaixada do México. Essa história poderia perfeitamente ter acontecido, era verossímil. E todos achavam que, como eu era uma pessoa conhecida, sem ligações com qualquer grupo, nada me aconteceria.

Muitas vezes, ao longo desses anos, revivi aquele momento, me perguntando se poderia ter dito não, ou se poderia ter pedido um tempo para refletir. Mas eu, naquela hora, disse sim.

E eis que então eu estava preso, antecipadamente condenado. Meu companheiro estivador me fitava, à espera do que eu falaria. Respirei fundo e comecei a contar minha história. Ele a escutou, impassível, até o fim. E aí, incorporando o policial que me interrogaria, simplesmente a demoliu com duas ou três perguntas. “Eu logo vi que você era um menino da AP”, disse ele, com um suspiro, mesmo diante da minha negativa. “Vamos refazer essa história, fixar detalhes: quando ela te entregou as chaves? A que horas? Quantas chaves eram? Onde foi? Há quanto tempo você conhece a Nely? Como a conheceu? Vocês frequentam os mesmos lugares? Têm amigos em comum?”

As precisões eram indispensáveis para tornar a história verossímil. Eu não tinha pensado em nada disso, nem os outros. E, além de tudo, havia um problema: minha versão deveria coincidir com a da Nely. Por sorte, ela estava presa numa pequena cela, do lado de fora da entrada da nossa “prisão especial”, e também ainda não havia sido interrogada. Pela vigia no alto da porta pude chamá-la e combinar alguns detalhes antes que o carcereiro, momentaneamente ausente, voltasse. Só não tive tempo de transmitir o conselho final do meu amigo estivador: “Não inventa! Não saia de sua versão inicial!”

Obediente, assim fiz durante os muitos interrogatórios a que fui submetido. Lembro que, no meio de um deles, o policial que deveria me interrogar deixou-me sozinho na sala. Em cima da mesa, uma granada. Diante dessa situação surreal, tudo o que pensei foi em desenhar um cartum.

Em outra ocasião, fui interrogado por uma pessoa que sugeriu respostas mais brandas e menos comprometedoras. “Quem sabe é melhor dizer isso dessa outra maneira...?”, e sugeriu uma formulação mais favorável. No final, me disse baixinho: “Eu sou amigo do Millôr, ele me pediu pra te ajudar”. Olhou para os lados, chegou mais perto e sussurrou: “Quando isso tudo passar, lembra que eu te ajudei, sim?”. Jamais perguntei ao Millôr quem poderia ser aquele amigo. Mas ele dizia o que todos pensávamos na época: aquilo tinha sido uma quartelada, e logo as instituições voltariam a funcionar normalmente. Como sabemos, durou 21 anos, e as consequências ainda se fazem sentir hoje.

No domingo seguinte, vieram me buscar para ser interrogado no Cenimar. O percurso entre a sede do DOPS e a praça XV pode ser feito em cinco minutos, mas meu trajeto começou no Centro e seguiu um roteiro turístico, passando por Copacabana. Era uma tarde ensolarada, a praia estava cheia de gente. Para quem estava confinado, parecia um sonho. Ao chegar ao Cenimar, fui recebido por um militar graduado, uma figura paterna, afável, gentil, inteligente. Sem que eu pedisse, me sugeriu telefonar para minha casa. Falei com minha mulher, pela primeira vez em uma semana, e tive notícias do meu filho de um ano, de minha mãe, da família. Eu estava muito emocionado, era impossível esconder. Pelo que me lembro, não foi exatamente um interrogatório, foi mais uma conversa, quem sabe para confirmar quem eu era.

“Vejo que você é uma pessoa de princípios”, me disse ele ao se despedir. “Você vê como te tratamos bem? Você não nos chamaria de gorilas, chamaria?” “Claro que não!”, disse eu. Só muito depois entendi o porquê da pergunta: ele provavelmente sabia que eu havia ilustrado, a pedido de Énio Silveira, um livro escrito pelo humorista argentino Carlos del Peral. O texto foi traduzido por Guilherme Figueiredo, irmão do general João Figueiredo, que seria o último presidente da ditadura e então comandava a comunidade de informação. O título deve ter vazado, mesmo que o livro nunca tenha sido publicado pela Civilização Brasileira, a editora de Énio. Chamava-se *Manual do gorila*.

Jornais chegavam à prisão, e o pessoal vinha me dizer que meu nome havia sido mencionado. Meus colegas no *Jornal do Brasil* davam diariamente notícias a meu respeito, o que significava que eu existia, que o que me acontecesse era de interesse público, que eu estava vivo. A importância disso talvez só possa ser compreendida por quem passou por essa experiência durante os anos de chumbo, que viriam depois.

Logo na primeira manhã na prisão, recebi um pacote, entregue por um delegado amigo do meu sogro. Além de escova de dentes e outros itens de higiene pessoal, ele me enviou um inocente caderno de desenho e uma caneta.

Não fiz um diário, porque ali só registraria sentimentos que não podia revelar. Mas aquele caderno me permitiu desenhar, documentando em imagens o cotidiano da prisão. Desenhei muito, dei os desenhos a quem pediu. Alguns foram publicados em *Reminiscências do sol quadrado*, livro em que Mário Lago conta histórias dos dias que passou no DOPS, onde levantou o moral dos presos criando canções e parodiando outras em gozação aos militares.

A memória é seletiva. Álvaro Moreyra escreveu um livro que chamou de *As amargas, não*, contando as histórias de que se lembrava – somente as doces, não as outras. Mas, por mais que tentemos esquecer as amargas, elas ficam arquivadas em algum desvão da memória e, sem avisar, reaparecem. Mesmo pouco nítidas, carregam a emoção que provocaram. Desde aquele tempo, pouco falei de minha experiência. Quando me perguntavam, eu dizia que foram 17 dias na prisão. Para alguns era um alívio, era pouco tempo. Mas quando você está lá, sem perspectivas, não sabe se vão ser dias, meses ou anos.

Numa sexta-feira avisaram que iam permitir visitas das famílias. “Fazem a barba, vistam-se direito! Queremos que tenham boa impressão de vocês!” A expectativa era imensa. Todos nos preparamos o melhor possível, para não deixar nossos familiares preocupados. Como expressar o que senti quando meu filho, que eu não sabia que tinha começado a andar, veio, cambaleante, se jogar nos meus braços?

Alguns dias depois, sem nenhuma razão, e sem qualquer desculpa, vieram me anunciar que eu seria solto. Sem entender o porquê dessa decisão, recolhi minhas coisas, me despedi, emocionado, das pessoas com quem tinha convivido e fui levado até o delegado. Assinei sem ler os papéis que ele colocou diante de mim, recebi o alvará de soltura e ele me disse: “Você deu muito trabalho pra gente!”, acentuando o “muito”. “Como assim?”, perguntei. E ele: “Em todo lugar que a gente ia investigar, só falavam bem de você!”. E, depois de um momento, como se falasse consigo mesmo, disse: “A única pessoa que falou mal de você foi o seu pastor”.

Cerca de duas semanas mais tarde, depois do jantar, eu contava essa história a um grupo de amigos, quando a campainha da porta dos fundos tocou. “Vai ver que é o Cenimar”, disse alguém. E todos rimos.

Fui atender. Era o Cenimar. Mas essa é outra história.

Guardei estes três desenhos que sintetizam o que vivi naqueles dias. A fila do banheiro, a fila da distribuição de comida, na hora do almoço, e a imagem da cela onde dormíamos, numa operação diária de negociação de espaço vital.

Escondi os desenhos em algum lugar, temendo que fossem sequestrados e rasgados, durante aqueles anos em que ninguém estava seguro. Poderiam

ser a prova de que, mesmo numa “prisão especial”, as pessoas eram tratadas daquela maneira. E o que seria o tratamento em uma prisão comum?

Tudo piorou muito nos anos seguintes, e minha experiência, naquele princípio da ditadura, não pode ser comparada aos horrores dos verdadeiros anos de chumbo que vieram depois. Todos sabem, ou deveriam saber, o que aconteceu durante a ditadura. O nome do meu amigo Paulo Wright faz parte da lista de centenas de desaparecidos, provavelmente assassinados ou mortos sob tortura.

Durante quase dez anos, entre o final da década de 1960 e o fim dos anos 1970, vivi em Genebra, sabendo o que se passava no Brasil. Nos primeiros anos, como Secretário de Comunicação da World Student Christian Federation (WSCF), fiz uma viagem de trabalho, atravessando os Estados Unidos e terminando no Chile. Conseguí incluir no percurso uma breve passagem pelo Rio, para ver parentes e amigos. Era arriscado, mas como resistir? Ao chegar a Nova York, li no *New York Times* que toda a turma do *Pasquim* estava presa. Tive de mudar de planos. Quando meu mandato de dois anos terminou, em setembro de 1971, fui aconselhado a não voltar. Soube que a casa para onde eu tinha me mudado, na Lagoa, havia sido visitada várias vezes por desconhecidos à minha procura. O que queriam?

Tenho consciência de que o que vivi durante minha prisão no DOPS, o que quer que eu possa ter sofrido, não pode ser comparado, nem de longe, ao tratamento desumano dispensado às centenas de milhares de presos comuns que hoje lotam nossas penitenciárias medievais. E que hoje sofrem, além de tudo, a terrível ameaça da pandemia, sem que nada de efetivo esteja sendo feito em seu socorro.

Depois de tantas mudanças, em outros tantos países, apesar de procurar muito, não conseguia encontrar esses desenhos. Acabei me conformando com a perda deles, embora sempre com uma secreta esperança de que alguém, no futuro, ao abrir um dos livros da minha estante, os descobriria, escondidos.

O milagre aconteceu há pouco, inesperadamente, quando os últimos papéis e desenhos de meu acervo estavam sendo doados ao Instituto Moreira Salles. Fazem parte de minha história, que agora é compartilhada com vocês.

Arquiteto, designer e cartunista, **Claudius Cecon** (1937) é um dos principais expoentes da geração de artistas gráficos surgida nos anos 1960, com passagens pelo *Jornal do Brasil*, *Manchete*, *Pif-Paf* e *O Pasquim*. Com o livro *Claudius*, que celebra 50 anos de carreira, foi vencedor do Prêmio Jabuti de 2015 nas categorias Ilustração e Capa. Desde 2020, seu acervo pessoal está sob a guarda do Instituto Moreira Salles.

